



IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

Leme, 26 de Fevereiro de 2026 • Número 3942 • www.leme.sp.gov.br

EXTRATO INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

CONTRATANTE: Secretaria de Obras e Planejamento Urbano; CONTRATADA: TDF AMBIENTAL E COMERCIAL LTDA – CNPJ Nº 04.406.730/0001-48; OBJETO: instauração de processo administrativo punitivo em decorrência de inexecução parcial do Contrato nº 616/2025 – Concorrência Eletrônica nº 012/2025 – Notificação: prazo de defesa 15 dias úteis; SUPORTE LEGAL: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 8.058/23.

Leme, 25 de fevereiro de 2026

Elisa Leme de Arruda
Secretária Municipal de Obras e Planejamento Urbano

SAECIL SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A SAECIL comunica que se encontra instaurado e disponível o processo abaixo:

Pregão Eletrônico nº. 02/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de 2.500 (duas mil e quinhentas) horas de serviços de mecânico especializado, visando a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pesados (Retroescavadeiras/Tratores) e equipamentos operacionais desta Autarquia, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência) do Edital. Edital na Íntegra: www.saecil.com.br - no Link: Licitações (SAECIL); www.bbmnet.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias); www.gov.br/pncp/pt-br (PNCPI); ou à Rua Padre Julião, nº. 971, Centro - Leme/SP, das 08h00 às 16h00, na Divisão Técnica Administrativa. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00 do dia 02/03/2026 até às 18h00 do dia 16/03/2026. ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: das 08h00 até às 09h00 do dia 17/03/2026. INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: a partir das 09h01 do dia 17/03/2026. REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.bbmnet.com.br - “ACESSO IDENTIFICADO”.

Leme, 25 de fevereiro de 2026.

MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS
Diretor-Presidente

EXTRATO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 25/2024

CONTRATANTE: SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos de Cidade de Leme.

CONTRATADA: Marcos Velloso Egidio – ME.

MODALIDADE: Aviso de Dispensa de Licitação nº 155/2024.

OBJETO: Supressão de 25% do Contrato original, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de avaliação técnica, higienização completa em equipamentos de ar condicionado e cortina de ar.

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 7.667,30 (Sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2026.

Leme, 4 de fevereiro de 2026.

MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS
Diretor-Presidente

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEME E A ASSOCIAÇÃO CAFÉ COM CHORINHO DE LEME, OBJETIVANDO A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA. TERMO DE COLABORAÇÃO – Nº 001/2026 – MUNICIPAL.

MUNICÍPIO DE LEME, Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.362.661/0001-68, com sede na Av. 29 de Agosto, nº 668, neste ato representado pelo Prefeito, CLAUDEMIR APARECIDO BORGES, portador da Cédula de identidade com RG.SSP. SP nº 41.025.138-0 e inscrito no CPF.MF sob nº 340.035.398/18, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO CAFÉ COM CHORINHO DE LEME, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.771.533/0001-89, com sede a Rua Newton Prado,39, sala 03, Centro, Leme SP, neste ato representado por seu Presidente JOSÉ LUIS LEITE, portador da Cédula de Identidade com RG. nº 15.872.095-7 – SSP.SP e inscrito no CPF. MF sob nº 055.496.168/74, residente na Rua Durval Tomazoti, 241, Jd Capitolio, Leme SP, doravante designado simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, nos termos do procedimento de inexigibilidade nº 001/2026 datado de 24 de fevereiro de 2026, celebram o presente termo de colaboração, que se regerá pela Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, pela Lei Ordinária nº 3.704, de 25/04/2018, Artigo 1º, todos da Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Leme, bem como as normas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo: de proporcionar a população o conhecimento, a apreciação e a prática da arte musical, com recursos próprios, através de sua Secretaria de Cultura e Turismo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Colaboração: Proporcionar subsídios financeiros para que a Entidade promova o desenvolvimento da arte musical entre seus associados e a comunidade, contribuindo para o aperfeiçoamento cultural da população de leme. Para isso, realizamos apresentações em diversos locais, como escolas, agremiações, associações, praças e outros espaços públicos, visando proporcionar momentos de bem-estar e resgatar a cultura popular local por meio da música. Em conformidade com a política Municipal de Cultura e Turismo e do Plano de Trabalho, que constitui parte integrante e indissociável deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Ao MUNICÍPIO compete:

I – transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente termo, na conformidade do cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho e em consonância com as metas mensais efetivamente cumpridas;

II – dar conhecimento à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, do conteúdo em Convênio assinado com a União ou Estado, quando houver;

III – apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta parceria;

IV – supervisionar, acompanhar, fiscalizar e controlar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta parceria;

V – receber e examinar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

VI – comunicar ao Conselho Municipal de Política Cultural as irregularidades verificadas e não sanadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos;

VII – notificar o Conselho Municipal de Política Cultural da formalização da parceria e do início da liberação de recursos financeiros relacionados a esta parceria;

VIII – incluir no orçamento seguinte, e em futuros em caso de prorrogação, às despesas necessárias a execução desta parceria;

IX – divulgar, na plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Leme a presente parceria e respectivo plano de trabalho, bem como os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na presente parceria, nos termos do artigo 45 e 46 do Decreto Municipal nº 6.872, de 24 de abril de 2017;

X – realizar, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, nos termos do § 2º, do artigo 58, da Lei 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compete:

I – executar o objeto a que se refere à Cláusula Primeira na conformidade do Plano de Trabalho, sob pena de redução ou suspensão dos repasses mensais;

II – zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

III – proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vista ao alcance dos objetivos desta parceria;

V – manter e movimentar os recursos em conta-corrente específica, em instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO e aplicar integralmente os recursos financeiros repassados, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, na prestação dos serviços objeto desta Parceria, conforme estabelecido na Cláusula Primeira e no Plano de trabalho, sendo vedada a utilização de recursos financeiros com finalidade diversa da ora estabelecida;

VI – responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

VII – responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;

VIII – apresentar, mensal e anualmente, ao Município, a prestação de contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos da cláusula oitava deste termo;

IX – manter a contabilidade específica, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Política Cultural, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

X – assegurar o livre acesso dos agentes do MUNICÍPIO, do gestor da parceria, dos membros da comissão de monitoramento e avaliação, dos órgãos de controle (conselhos municipais) e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos, às informações referentes ao presente termo de colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

XI – divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o MUNICÍPIO, devendo conter as informações descritas no artigo 45 do Decreto Municipal 6.872, de 24 de abril de 2017 e, ainda, quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

XII – Exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do Termo de Colaboração; (art. 131, inciso VIII, Instrução 02/2016 – TCE-SP).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total da presente parceria é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que correrão à conta do orçamento do Município, todos referentes ao Código da Classificação da despesa nº 3.3.50.43.00.00.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS-7030, exercício de 2026.

§ 1º – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ao receber os recursos de que trata esta cláusula, deverá mantê-los e movimentá-los na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira pública federal, devendo, ainda, aplicar os recursos, obrigatoriamente, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês, estando os rendimentos sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os

recursos transferidos.

§ 2º – O descumprimento do disposto no inciso I desta cláusula obrigará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito.

§ 3º – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 4º – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO

Os recursos serão transferidos pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, na forma de repasses mensais no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) em conformidade com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

§ 1º – A liberação dos repasses subsequentes, fica condicionada:

I – ao preenchimento dos requisitos exigidos na Lei 13019/2014, suas alterações e regulamentações, para celebração da parceria;

II – apresentação pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL da prestação de contas da parcela anterior;

III – estar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em situação regular com a execução do plano de trabalho.

§ 2º. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito desta parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas neste termo;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno e externo.

§ 3º -. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL terá o prazo de 30 (trinta) dias para a utilização do recurso financeiro, contado a partir da data da transferência bancária efetuada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente convênio terá vigência a partir da data de 01 de março até 31 de dezembro de 2026.

§ 1º – A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitada a 05(cinco) anos, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto da parceria, respeitados os limites da Lei Municipal 3.704 de 25 de abril de 2018 e suas alterações.

§ 2º - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento será feita pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

A presente parceria será executada com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria; e

II – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas ao MUNICÍPIO conforme estabelecido neste termo, respeitadas as disposições da Lei Federal 13.019/14, do Decreto Municipal nº 6.872, de 24 de abril de 2017, e nos moldes das

instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO.

§ 1º – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quando da prestação de contas, deverá recolher ao Erário Municipal eventuais saldos dos recursos repassados e não aplicados dentro do período aprazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas.

§ 2º – As contas serão prestadas da seguinte forma:

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

Transcorrido o prazo de 30(trinta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresentará a prestação de contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 10(dez) dias, contendo os documentos referidos no artigo 55 do Decreto Municipal 6.872, de 24/04/2017.

II – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL OU FINAL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar ao MUNICÍPIO, até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte ao da execução do objeto da parceria, quando do término de sua vigência, da denúncia, rescisão ou extinção, nestes casos dentro do prazo de 30(trinta) dias do evento, prestação de contas, a qual deverá conter os documentos referidos no artigo 56 do Decreto Municipal 6.872, de 24/04/2017, além de outros exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou pela Secretaria Municipal responsável.

§ 3º – A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 4º – Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 5º – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 6º – A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 7º – A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos, conforme previsto no plano de trabalho e neste termo de parceria.

§ 8º – A prestação de contas e de todos os atos que dela decorram dar-se-á, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado (art. 65, da Lei Federal 13.019/14)

§ 9º – Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica prevista no art. 65 da Lei 13.019/2014, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas. (art. 68, da Lei Federal 13.019/14).

§ 10º – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

O monitoramento e a avaliação da execução da presente parceria ficarão sob encargo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Conselho Municipal de Política Cultural, do GESTOR nomeado pela Portaria nº 167/2024 e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 541/2025, cujas atribuições são aquelas estabelecidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações e regulamentações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidas ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30(trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS E DIREITOS REMANESCENTES DA PARCERIA

As partes, de comum acordo, estabelecem que, os bens remanescentes, assim considerados aqueles que, em razão da execução desta parceria tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com os recursos repassados pelo MUNICÍPIO, na data da conclusão ou extinção desta parceria, serão destinados ao FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, desde que não sejam necessários para

continuidade do objeto da presente parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo de COLABORAÇÃO poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer das partes, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, para a publicidade desta intenção

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e,

d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 1º – Quando da denúncia ou rescisão do presente termo de COLABORAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de 30 (trinta), a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

§ 2º – O MUNICÍPIO, na hipótese de não execução ou de paralisação da execução desta parceria, tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto previsto no plano de trabalho, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS EFEITOS JURÍDICOS

Os efeitos jurídicos da presente parceria produzir-se-ão após a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei e da legislação específica, O MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceria as seguintes sanções, previstas na Lei 13.019/14 e no Decreto Municipal nº 6.872/17

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único – As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da Secretária Municipal de Cultura e Turismo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Leme para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta parceria, obrigando-se as partes a submeter-se previamente a tentativa de solução administrativa, nos termos da legislação específica (art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/14).

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de COLABORAÇÃO em 02(duas) vias de igual teor, que tem como anexo e parte integrante e indissociável o respectivo plano de trabalho.

Leme, 24 de fevereiro 2026.

Patricia Cunha Bertini
Secretária De Cultura E Turismo

JOSÉ LUÍS LEITE
Presidente
Associação Café com Chorinho de Leme

DECRETO Nº 8.996, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2.026.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Leme, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em consonância com a Lei Orçamentária Anual nº 4.491, de 25 de novembro de 2025,

DECRETA:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
10	2	264.2025	02.08.03.123610012.2.018000-3.1.90.11	4957	R\$ 2.216.796,15
10	2	266.2025	02.08.03.123650012.2.019000-3.1.90.11	4958	R\$ 1.500.000,00
10	2	267.2025	02.08.03.123650012.2.020000-3.1.90.11	4959	R\$ 1.500.000,00
Total do Superávit - Art. 43, § 1º, I - Lei 4.320/64					R\$ 5.216.796,15

Art. 1º Ficam abertos no orçamento vigente créditos adicionais suplementares no valor total de R\$ 5.216.796,15 (cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior correrá por conta de superávit financeiro apurado no exercício de 2025, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Ficam alterados e atualizados, por meio deste Decreto, os Anexos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), em decorrência do crédito suplementar aberto por este ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 26 de fevereiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES

DECRETO Nº 8.997, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2.026.

“Abre créditos adicionais suplementares e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Leme, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em consonância com a Lei Orçamentária Anual nº 4.491, de 25 de novembro de 2025,

DECRETA:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
5	5	285.0002	02.08.04.123610016.2.037000-3.3.90.30	210	R\$ 84.320,37
5	5	285.0001	02.08.04.123610016.2.037000-3.3.90.30	211	R\$ 196.747,54
5	5	282.0000	02.08.01.123610013.2.025000-3.3.90.32	136	R\$ 363.009,32
5	5	288.0000	02.08.05.123610015.2.033000-3.3.90.30	238	R\$ 1.053,44
Total do Superávit - Art. 43, § 1º, I - Lei 4.320/64					R\$ 645.130,67

Art. 1º Ficam abertos no orçamento vigente créditos adicionais suplementares no valor total de R\$ 645.130,67 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º O crédito aberto no caput deste artigo correrá por conta de superávit financeiro apurado no exercício de 2025, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Ficam alterados e atualizados, por meio deste Decreto, os Anexos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), em decorrência do crédito suplementar aberto por este ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 26 de fevereiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES

DECRETO Nº 8.998, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2.026.

“Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no orçamento vigente.”

O Prefeito do Município de Leme, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o disposto no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, bem como nas Leis Municipais nº 4.426, de 02 de julho de 2025, e nº 4.502, de 16 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transposição e a transferência de recursos orçamentários no âmbito do Poder Executivo Municipal, no valor total de R\$ 2.030.201,44 (dois milhões, trinta mil, duzentos e um reais e quarenta e quatro centavos), entre dotações constantes do orçamento vigente, conforme discriminado a seguir:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
5	1	212.0000	02.08.01.123650017.2.044000-3.3.90.40	1431	R\$ 75.201,44
5	1	220.0000	02.08.01.123610013.2.025000-3.3.90.39	137	R\$ 500.000,00
5	1	220.0000	02.08.01.123610013.2.025000-3.3.90.30	134	R\$ 200.000,00
5	1	220.0000	02.08.01.121220013.2.024000-3.3.90.30	121	R\$ 900.000,00
5	1	212.0000	02.08.01.123650017.2.044000-3.3.90.39	169	R\$ 150.000,00
5	1	213.0000	02.08.01.123650017.2.043000-3.3.90.39	157	R\$ 150.000,00
5	1	220.0000	02.08.01.121220013.2.024000-3.1.90.13	116	R\$ 40.000,00
Total Transposição Art. 167, VI - CF 88					R\$ 2.015.201,44

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	1	110.00000	02.17.01.241310037.2.134000-3.1.90.16	646	R\$ 15.000,00
Total Transferência Art. 167, VI - CF 88					R\$ 15.000,00
TOTAL					R\$ 2.030.201,44

Art. 2º A cobertura das dotações suplementadas por transposição e transferência de que trata o artigo anterior far-se-á mediante redução das seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
5	1	213.0000	02.08.01.123650017.2.043000-3.3.90.40	159	R\$ 25.201,44
5	1	220.0000	02.08.01.121220013.2.024000-3.1.90.11	115	R\$ 500.000,00
5	1	220.0000	02.08.01.123610013.2.025000-3.1.90.11	130	R\$ 1.450.000,00
5	1	212.0000	02.08.01.123650017.2.044000-3.1.90.11	162	R\$ 40.000,00
Total Transposição Art. 167, VI - CF 88					R\$ 2.015.201,44

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	1	110.0000	02.17.01.241310037.2.134000-4.4.90.52	654	R\$ 15.000,00
Total Transferência Art. 167, VI - CF 88					R\$ 15.000,00
TOTAL					R\$ 2.030.201,44

Art. 3º A presente transposição e transferência, não implica aumento do valor global do orçamento vigente para o exercício de 2026, mantendo-se o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Ficam alterados e atualizados, por meio deste Decreto, os Anexos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes, em decorrência da transposição e transferência orçamentária aberta por este ato.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 26 de fevereiro de 2026

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES

RESOLUÇÃO N.º 03/2026, DE 23/02/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas estaduais do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar n.º 661, de 27 de junho de 2013.

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária realizada em 23 de fevereiro de 2026.

CONSIDERANDO, o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei federal N.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; consolidada com a Lei nº 12.435/2011.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVAR a prestação de contas ao Estado do ano de 2025.

ARTIGO 2º - Esta resolução entra em vigor, na presente data
Leme, 23 de fevereiro de 2026

Nancy Luciana Martins
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - Comas

RESOLUÇÃO N.º 04/2026, DE 23/02/2026

Dispõe sobre devolução de valores da OSC Abrigo São Vicente.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar n.º 661, de 27 de junho de 2013.

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária realizada em 23 de fevereiro de 2026.

CONSIDERANDO, o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei federal N.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; consolidada com a Lei nº 12.435/2011.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Aprovar a devolução dos valores remanescentes pela OSC Abrigo São Vicente de Paula, do exercício de 2025, referente ao Recurso Estadual no valor de R\$ 22.972,18 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e dois reais, dezoto centavos), incluindo rendimentos, se houver.

ARTIGO 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores.

Leme, 23 de fevereiro de 2026

Nancy Luciana Martins
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - Comas

RESOLUÇÃO N.º 05/2026, DE 23/02/2026
Dispõe sobre reprogramação de valores referentes a verbas estaduais.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar n.º 661, de 27 de junho de 2013.

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária realizada em 23 de fevereiro de 2026.

CONSIDERANDO, o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei federal N.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; consolidada com a Lei nº 12.435/2011.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Aprovar a reprogramação dos recursos estaduais do exercício de 2025 para o exercício de 2026, conforme seguem valores descritos:

PROTEÇÃO	Valor a ser reprogramado
Básica	R\$ 19.773,64
Especial Média e Alta Complexidade	R\$ 39.941,64
Vigilância Socioassistencial	R\$ 34.967,09
Benefícios Eventuais	R\$ 260,42

ARTIGO 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retro-
agido efeitos a partir de 01/01/2026, revogando as disposições anteriores.

Leme, 23 de fevereiro de 2026

Nancy Luciana Martins
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - Comas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 034 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre regularização da situação funcional de servidor na Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar n.º 806 de 12 de dezembro de 2019, que instituiu o Estatuto do Magistério, expede a seguinte portaria:

CESSA a partir de 03 de fevereiro de 2026 os efeitos da PORTARIA Nº007 de 01 de fevereiro de 2018 do servidor ALESSANDRO ARLI, RG nº 29.548.005-1, da função de VICE-DIRETOR.

ELIAS ELIEL FERRARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 035 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre regularização da situação funcional de servidor na Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar n.º 806 de 12 de dezembro de 2019,

que instituiu o Estatuto do Magistério, expede a seguinte portaria:

CESSA a partir de 03 de fevereiro de 2026 os efeitos da PORTARIA Nº040 de 09 de abril de 2018 da servidora CLAUDIA MARIA FERNANDES LEVE-GHIM, RG Nº 22.813.062-1, da função de VICE-DIRETOR.

ELIAS ELIEL FERRARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 036 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre regularização da situação funcional de servidor na Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar n.º 806 de 12 de dezembro de 2019, que instituiu o Estatuto do Magistério, expede a seguinte portaria:

CESSA a partir de 03 de fevereiro de 2026 os efeitos da PORTARIA Nº065 de 24 de março de 2022 da servidora JULIANA CARVALHO LOPES, RG Nº 22.613.632-2, da função de VICE-DIRETOR.

ELIAS ELIEL FERRARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 037 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre regularização da situação funcional de servidor na Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar n.º 806 de 12 de dezembro de 2019, que instituiu o Estatuto do Magistério, expede a seguinte portaria:

DESIGNA a partir de 04 de fevereiro de 2026 a servidora ANGELA MARIA MARDEGAN, RG nº 23.992.137-9, para exercer a função de PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO.

ELIAS ELIEL FERRARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 038 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre regularização da situação funcional de servidor na Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar n.º 806 de 12 de dezembro de 2019, que instituiu o Estatuto do Magistério, expede a seguinte portaria:

DESIGNA a partir de 09 de fevereiro de 2026 o servidor ALESSANDRO ARLI, RG nº 29.548.005-1, para exercer a função de COORDENADOR EDUCACIONAL.

ELIAS ELIEL FERRARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO